

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE FEVEREIRO**

ATA Nº 1/2016

d.
I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 1/2016

1. Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira (1.ª Secretária), Hugo Miguel Seródio Mendes (2.º Secretário), Helena Luisa Campos L. Candeias, Cátia Alexandra de Sousa Silva, Valentino Salgado Cunha, Sophie Veiga Fontes, Rui Manuel Sobral, Paulo Jorge Piteira Campino, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, Ana Teresa Pires Caetano, João Manuel Ninhos de Sá, Manuel Alfredo Morganheira, Antónia Aresta Guinapo, Orlando António Neves Dias, José Manuel Fernandes, Maria do Carmo Serrudo Mareco Marques, Renato Manuel Neves Ropio (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Joaquim Manuel Marques Soeiro, José Maria Rodrigues Figueira, Sílvia Leonor Seatra dos Santos e Paulo Alexandre Valentim Caçoilas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e deu início ao período antes da ordem do dia, informando que o ponto 6 da ordem de trabalhos, terá de ser retirado.
6. Informa, ainda, que na pasta de cada um dos membros se encontra alguma documentação, solicitando que a mesma seja verificada.
7. De seguida, colocou à apreciação o Projeto de Ata n.º 5/2015, referente à sessão realizada no dia 13 de novembro de 2015.
8. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade**, com 18 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Cátia Alexandra de Sousa Silva, Maria Luís A. Martins de Barros, João Manuel Ninhos de Sá, Orlando António N. Dias e Renato Manuel Neves Ropio), o **Projeto de Ata n.º 5/2015**, referente à sessão realizada no dia 13 de novembro de 2015.
9. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e informa que a Bancada do PS tem duas moções para apresentar, apresentando de imediato a **Moção “Manutenção da Estada Nacional 4”**. (Anexo 1/16)
10. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada do PS.
11. Foi **aprovada, por unanimidade**, a **Moção “Manutenção da Estada Nacional 4”**. (Anexo 1/16)
12. De seguida, o **Membro Valentino Cunha** apresenta a **Moção “Rumo à sustentabilidade financeira do Município”**. (Anexo 2/16)
13. O **Membro Luís Matias** saúda todos os presentes e informa que a Bancada do PSD concorda com conteúdo presente na Moção, sobre o trabalho do executivo municipal PS/PSD e considera que o mesmo deve ser

destacado tal como foi feito, pois é uma mostra dos programas eleitorais do PS e do PSD, pelo que o PSD irá votar a favor.

14. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pelo PS.
15. Foi **aprovada, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 votos contra (CDU), a Moção “Rumo à sustentabilidade financeira do Município”.** (Anexo 2/16)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DO 2.º SEMESTRE DE 2015 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

16. A **Presidente da Assembleia Municipal**, coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
17. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias**, saúda todos os presentes e refere que, como todos sabem, e no cumprimento das disposições legais em vigor, a Assembleia Municipal tem de se pronunciar e aprovar os relatórios de acompanhamento ao Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município e nesse sentido o presente documento é o Relatório de Acompanhamento ao 2.º semestre do ano 2015 procurando mostrar qual foi o resultado do cumprimento do mesmo ao longo de todo o ano e em que situação se encontra a Câmara Municipal face ao compromisso que foi firmado com o Tribunal de Contas.
18. Em relação à receita e pela primeira vez em muitos anos, arriscando a dizer que talvez pela primeira vez no Município de Vendas Novas, o executivo conseguiu uma execução da receita muito próxima dos 100 %, ou seja, o exercício de planeamento orçamental aproximou-se muito da realidade, considerando que acabar com uma execução de 99,5 % é um dado histórico deste Município em termos de planeamento e que deixa o executivo completamente à vontade, face à meta da execução estar acima dos 85 %.
19. Analisando a parte da despesa, destaca o facto se ter assumido apenas 10 % dos compromissos face ao que estava comprometido com o Tribunal de Contas, o que deu ao executivo uma folga de cumprimento deste plano de 1,5 milhões de euros, sendo que este valor vai tendencialmente aumentando se forem cumpridos sempre os patamares exigíveis pelo Tribunal de Contas, pelo que da parte das despesas também se verificou um comportamento muito positivo.
20. Em relação ao equilíbrio orçamental, informa que a receita corrente bruta se cifrou em 8 milhões de euros e também aqui foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental, que diz que a receita corrente bruta tem de ser superior à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, informando que a despesa corrente mais os empréstimos somaram 7,3 milhões, sendo este outro indicador deveras positivo, uma vez que sempre esteve em risco.
21. Do ponto de vista dos pagamentos a fornecedores, informa que não existem pagamentos em atraso, ou seja está a ser cumprida esta regra desde que o atual executivo chegou ao Município.
22. Para além disso, verifica-se um aumento da capacidade de endividamento do Município, que a 31 de dezembro era de mais de 6 milhões de euros, pelo que caso seja necessário a Câmara Municipal poderá recorrer a empréstimos bancários no valor de mais de 6 milhões de euros, estando a utilizar neste momento apenas 43 % da sua capacidade máxima de endividamento.
23. Termina, afirmando que o Município cumpriu as suas obrigações, tendo sido ultrapassadas todas as metas sem deixar de investir no Concelho, tendo-o feito na exata medida do que era possível, o que permite ao executivo ter uma perspetiva otimista do futuro orçamental do Município.
24. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 abstenções (CDU), aprovar o Relatório do 2.º Semestre de 2015 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**

2.º Ponto – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO VIVEIRO DE EMPRESAS E COWORK DE VENDAS NOVAS

25. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto da Ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
26. Em relação ao presente Regulamento, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que, em termos procedimentais e administrativos, estes Regulamentos já foram aprovados pela Câmara Municipal, estiveram 30 dias em discussão pública, não tendo havido contributos para os melhorar, depois voltaram novamente à Câmara Municipal e agora têm de vir à Assembleia Municipal para serem aprovados e posteriormente publicados em Diário da República.
27. Abordando já o 2.º e 3.º pontos porque estão interligados, pois são ambos para um mesmo espaço, refere que anteriormente existia um único regulamento que tinha as regras de utilização do Mercado Municipal e o objetivo da Câmara Municipal foi fazer uma separação entre o que é o futuro viveiro e o futuro espaço de Cowork do Município e o espaço do Mercado Municipal.
28. Informa que a torre do Mercado Municipal irá em breve ser adaptada, esperando que o Quadro Comunitário efetivamente o permita para ter pequenos gabinetes de trabalho para empresários locais, sendo isso o viveiro.
29. Prevê-se também um “open space” para várias empresas partilharem no mesmo espaço, podendo ter o seu espaço, sem grandes custos, como se pode verificar pelos preços praticados que constam da documentação.
30. Este apoio da Câmara Municipal pretende alavancar e fazer crescer negócios, para no futuro poderem vir a ampliar-se e eventualmente sair daquele espaço para criar uma empresa de média dimensão.
31. Afirma que o objetivo deste regulamento e a intenção política da Câmara Municipal é ter um espaço de dinamização económica que permita alavancar a economia do Concelho e apoiar, nomeadamente, jovens empresários que, estando com alguma ideia na sua cabeça, não sabem como dão o seu primeiro passo e não têm o apoio necessário para arrancar, sendo que o custo de um espaço é das maiores despesas iniciais que as empresas têm.
32. Em relação ao Regulamento do Mercado Municipal, informa que foram retirados todos os espaços da torre do Mercado, sendo, para além disso, e a alteração mais relevante, a possibilidade de ocupação de espaços por um dia ou ao fim de semana, o que anteriormente não era permitido, considerando que isso poderá trazer uma nova dinâmica ao Mercado e possibilitar que os produtores locais, por um preço simbólico, possam utilizar aquele espaço, que desde a sua origem não tem tido a utilização devida.
33. Embora o ponto seja apenas sobre o Regulamento de Funcionamento, o **Membro Luís Matias** refere que, como todos sabem, a Bancada do PSD tem sido apoiante deste projeto, tendo até apresentado, na última sessão, uma Moção sobre o mesmo, que foi aprovada por maioria.
34. Assim, pergunta se a Câmara Municipal já tem alguma ideia de qual é o fluxo que este projeto pode vir a ter, ou seja, o número de candidatos, se é provável admitir o surgimento de empresas e de criação de emprego com este projeto e para quando está previsto o início do Viveiro.
35. Em relação às questões colocadas, o **Presidente da Câmara Municipal** sublinha a consensualidade deste projeto e a visão política que pensa ser partilhada por todas as Bancadas, uma vez que o objetivo é mesmo esse, criar emprego e trazer dinamismo económico ao nosso Concelho e, de alguma forma, dar o apoio necessário aos empresários no arranque das suas empresas, que é sempre difícil.
36. Em termos de projeção económica, informa que se está a falar da criação de 10 a 15 espaços de viveiro e de 8 a 10 espaços de cowork, pelo que, numa primeira fase, a expectativa é que a empresa seja o empresário e que o empresário seja a empresa, o que significa que se está a falar, face àquela que é a preocupação do executivo, de 25 postos de trabalho, 25 novas empresas que podem ser sediadas nesta torre que ocupará 3 pisos.

37. Informa também, que neste momento a expectativa, face à procura, é muito interessante, pois nos últimos 2 anos tem havido uma procura muito intensa de espaços deste tipo em Vendas Novas, ao contrário de outros Municípios, Vendas Novas não tem ainda este tipo de possibilidade, que tem como grande vantagem não só a renda baixa, mas também o facto da Câmara Municipal, com os seus serviços municipais, poder alavancar e prestar serviços adicionais.
38. Para além disso, gerar negócios internos no próprio viveiro e no espaço de cowork, o que quer dizer, por exemplo, que se tivermos, no referido espaço, um advogado recém-licenciado, um engenheiro civil e um arquiteto, essas 3 pessoas e essas 3 empresas podem criar sinergias internas ao próprio espaço e de alguma forma alavancar, criar um maior volume de negócios, pelo que a perspetiva da Câmara Municipal é deveras positiva, quando o executivo propôs este projeto e o avaliou com outros parceiros, foi surpreendente a forma como o mesmo foi acolhido.
39. Afirma que um bom exemplo de um projeto deste tipo, existente no nosso país, é a Startup Lisboa, que é a mais emblemática e foi recentemente considerada a melhor do mundo, sendo a que tem a maior taxa de ocupação de espaços.
40. Refere ainda o viveiro de Montemor, com um conceito diferente, que na sua origem também teve uma grande procura, agora com alguma estagnação, mas que tem mostrado que este tipo de alavancas económicas funciona e que a procura é intensa, até porque apresenta uma grande oportunidade que nenhum empresário quer perder, que é a de concretizar a sua ideia, ter apoio técnico numa eventual candidatura a fundos comunitários para implementar e materializar essa ideia e ter ainda um espaço de excelência, no centro de Vendas Novas, com toda a visibilidade que isso pode ter, para além de dispor de espaços de trabalho comuns, como uma sala polivalente para reuniões e videoconferências e ter ainda um espaço de formação no ultimo piso.
41. Respondendo diretamente à pergunta, informa que as expectativas do executivo são efetivamente muito grandes.
42. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 2.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 abstenções (CDU), **aprovar o Regulamento de Funcionamento e Utilização do Viveiro de Empresas e Cowork de Vendas Novas**.

3.º Ponto - REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

43. Tendo em conta que o 3.º ponto da ordem de trabalhos foi apresentado e discutido em conjunto com o ponto anterior, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca o mesmo de imediato à votação, tendo sido **deliberado**, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 abstenções (CDU), **aprovar de alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Vendas**.

4.º Ponto – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

44. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
45. Em relação ao referido regulamento, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que, como todos sabem, a comissão tomou posse e está em pleno funcionamento, mas entretanto houve uma alteração legal, que introduz duas matérias no objeto dos conselhos, que em Vendas Novas já eram abordadas em todas as reuniões, mesmo não sendo temáticas obrigatórias perante a lei e com esta alteração passaram a ser, nomeadamente, a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária.
46. Informa que este processo já esteve presente no conselho, que já se pronunciou sobre a alteração a este Regulamento, no entanto, os órgãos competentes para as deliberações finais são a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, sendo nesse sentido que vem agora à Assembleia Municipal para aprovação, o novo Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.
47. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**.

5.º Ponto - DESIGNAÇÃO DE JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS, PLANEAMENTO E AMBIENTE

48. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
49. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que a Câmara Municipal procedeu a uma reformulação do seu regulamento interno de trabalho e da macro estrutura da Câmara Municipal, pelo que havendo uma nova estrutura aprovada e publicada, todas as chefias das estruturas que foram alteradas caem por mero procedimento administrativo e, neste momento, importa abrir o concurso para recrutamento do Chefe da DOPA.
50. Nesse sentido, a proposta da Câmara Municipal, já aprovada na reunião de Câmara, é de nomear três pessoas que cumprem e preenchem os critérios que a Lei define para o efeito, sendo que a primeira e como Presidente do júri é o Dr. Rui Mendes que é o Diretor de Serviços de Recursos Humanos da CCDRALentejo há muitos anos e que é uma pessoa com experiência nesta matéria e acima de qualquer suspeita e como vogais, a Lei define que devem integrar este júri elementos de reconhecida experiência na área para a qual deve ser preenchido o lugar e a proposta é a de nomeação do Vereador da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, João Pereira, que há 6 anos e meio tem estas matérias que têm a ver com as obras, o planeamento e o ambiente, por último, nomear internamente da Câmara Municipal de Vendas Novas, o único chefe de Divisão que se encontra neste momento em funções, o Dr. Hélder Fernandes, da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal.
51. O executivo tem a expectativa que com esta proposta de três elementos para o júri, num mais breve curto espaço de tempo, se possa ter o lugar de Chefe da Divisão de Obras, Planeamento e Ambiente ocupado.
52. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes e pergunta como é que têm funcionado os serviços ao longo destes quase dois meses sem Chefe de Divisão, tendo em conta a alteração que houve da estrutura do organograma do Município, que lhe parece ter sido em janeiro.
53. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que nada parou e afirma que a verdade é que o móbil que levou o executivo a fazer esta alteração à estrutura da Câmara Municipal está a mostrar-se claramente certo.
54. Esclarece que quando existiam duas divisões, DT e DAUA, sentia-se que havia uma clara dissonância e mesmo em espaços diferentes, não só porque a DAUA tinha chefe de divisão e a DT não tinha, entre pessoas que diariamente têm de trabalhar juntos por obrigatoriedade de serviço, designadamente arquitetos, engenheiros, desenhadores, entre outros, ou seja, entre pessoas que têm incumbências comuns que têm a ver com obras, planeamento, urbanismo, ambiente, oficinas e logística.
55. Nesse sentido, o executivo percebeu que se devia adaptar o regulamento à luz das novas leis sobre esta matéria, que o anterior não cumpria, nomeadamente, quanto à não existência de espaços físicos dentro de um organograma, mas além disso o que executivo pretendia com esta alteração, era dotar a Câmara Municipal e nomeadamente esta grande divisão que foi criada, de uma flexibilidade e de uma articulação entre serviços e técnicos, que o executivo sentia que de alguma forma era posta em causa com a existência de duas tutelas, por haver duas divisões distintas.
56. Nestes dois meses, com a fusão, o executivo tem notado que têm havido claramente o que esperava, que é trabalho de equipa cada vez melhor e de maior qualidade, esperando que face aos desafios que há pela frente no curto e médio prazo, isso contribua para que sejam dadas respostas cada vez mais eficazes e eficientes, pois anteriormente perdia-se muito tempo em comunicações díspares de um lado para o outro, que não faziam sentido.
57. Refere que, neste momento, as pessoas estão a trabalhar em equipa, de uma forma coordenada, não havendo ainda um chefe de divisão, foram nomeados para o efeito quatro coordenadores de seção, dos quais três são técnicos superiores e um assistente técnico.
58. Em termos práticos e em termos pragmáticos está efetivamente a acontecer o que o executivo pretendia e, a título de exemplo, informa que a Câmara Municipal está a preparar candidaturas para o novo quadro comunitário, cujos projetos a desenvolver são muitos e com curtos espaços de tempo, sendo que a primeira candidatura irá ocorrer dia 15 de março e começaram a ser desenhados projetos, por exemplo, para a requalificação da Escola da Misericórdia há menos de um mês e estes estão praticamente concluídos, internamente, na Câmara Municipal

e isso só foi possível porque se gerou uma equipa de trabalho nesta nova divisão, que uniu estas seções numa única equipa, que tem vindo a trabalhar de uma forma muito eficiente e espera que muito em breve possibilite fazer a candidatura ao Quadro Comunitário e requalificar essa escola.

59. O **Membro José Filipe Barradas** informa que ficou esclarecido, no entanto, a intervenção do Sr. Presidente deixa-lhe algumas dúvidas, uma vez que refere que tudo funciona muito melhor sem chefe de divisão, mas o que é certo, é que a Câmara Municipal traz hoje à Assembleia Municipal a aprovação do júri para um concurso de chefe de divisão, considerando que essa aquisição poderá ser um pouco supérflua, uma vez que como está funciona muito bem e até melhor do que funcionava anteriormente, de acordo com as palavras do Sr. Presidente.
60. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que existem na Câmara Municipal divisões que desde sempre funcionaram sem chefes de divisão, em que é possível não haver essa tutela, nem chefia, como o caso da divisão, onde está o Desporto, a Cultura, a Intervenção e Desenvolvimento Social e a Educação e esta divisão, que tem serviços distintos e que não tem de trabalhar sobre a mesma coordenação, há vários anos que funciona sem um chefe de divisão.
61. Numa divisão em que tem de haver uma cadeia de responsabilidades direta, e neste momento as coisas estão a trabalhar bem em equipa, é necessário existir um responsável do serviço com a incumbência de coordenar todas essas pessoas, afirmando que, tal como foi referido, é muita gente para coordenar, neste momento os chefes/coordenadores de seção estão com um acréscimo de trabalho que, de alguma forma, não lhe possibilita fazer outras tarefas, no entanto, em termos de trabalho de equipa, que foi ao que se referiu, as coisas estão a funcionar bem.
62. Refere que o Membro José Filipe Barradas tentou desviar o assunto para dizer que o chefe de divisão não faz falta, mas por alguma razão na anterior estrutura existiam dois chefes de divisão para quatro divisões, pois certamente que a CDU não considerava que o lugar era supérfluo ou que a pessoa não fazia falta e agora o que o executivo sente é exatamente a mesma coisa, que tem de haver uma cadeia de comando, como em toda a estrutura da Câmara Municipal, e é isso que um chefe de divisão deve ser, um gestor de recursos humanos, um líder nato, que de alguma forma consiga motivar as equipas e coordenar trabalhos.
63. Não acredita que uma pessoa com a experiência autárquica do Membro José Filipe Barradas tem, esteja a fazer a sua intervenção de uma forma séria, afirmando que não está a ser criado um “tacho” para ninguém, como pode ter acontecido noutros tempos, o que está em causa é abrir um concurso puro e genuíno, em que podem concorrer os técnicos da Câmara Municipal de Vendas Novas e pessoas de fora, e que ficará o melhor para ajudar a melhorar o trabalho que tem de ser feito, porque esse trabalho é para as pessoas.
64. O **Membro José Filipe Barradas** refere que longe de si a ideia de que os chefes de divisão estão a mais, considerando até que em vez de um deveriam ser dois, porque há necessidade de haver quem coordene.
65. Só fez a sua intervenção naquele sentido, porque o Sr. Presidente na sua intervenção o tentou enganar, mas sabe que não o consegue enganar nessa matéria, afirmando que não teria dito o que disse se o Sr. Presidente tivesse sido mais modesto na sua intervenção, no entanto, o Sr. Presidente fez uma intervenção em que tentou baralhar quem percebe menos, não sendo fácil de baralhar quem percebe mais.
66. O Sr. Presidente tentou dizer que estava a funcionar tudo muito bem, mas o que é certo, é que são necessários chefes de divisão, considerando que o Sr. Presidente deveria ter feito uma intervenção um pouco diferente da que fez e foi por essa razão fez a sua intervenção, que se percebeu que não estava a falar a sério.
67. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que não pretende transmitir que sabe mais do que o Membro José Filipe Barradas, mas sabe o que sabe e o que pode.
68. Afirma que em termos de intervenção, o que frisou é que foram colmatados alguns problemas existentes na anterior estrutura da Câmara Municipal e com este chefe de divisão serão colmatados os restantes e, mesmo assim, poderá não funcionar tudo na perfeição como referiu anteriormente, mas se assim for, com a flexibilidade do executivo, poderão ser feitas novas alterações, caso sejam necessárias.
69. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 5.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 abstenções (CDU), aprovar a designação do júri de recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão de**

Obras, Planeamento e Ambiente composto por: Presidente – Dr. Rui Mendes, diretor de serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo; Vogais: Dr. João António Merca Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Viana do Alentejo e Dr. Helder José Páscoa Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Vendas Novas.

6.º Ponto - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ACORDO DE TRANSAÇÃO (ACORDO DE PAGAMENTO) CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A “AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA”

70. O assunto foi retirado.

7.º Ponto - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS AO MOVIMENTO AMALENTEJO E ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AO CONGRESSO AMALENTEJO

71. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º Ponto da Ordem de trabalhos, que irá ser dividido em dois, dando mais uma vez a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
72. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que este Movimento AMAlentejo surgiu da vontade congregada de uma série de instituições públicas e privadas de todo o Alentejo, como forma de promoção do Alentejo e também de afirmação daqueles que são os valores do Poder Local, daquilo que tem contribuído para desenvolver este nosso território e do que poderá vir a ser no futuro, sendo esta a matriz mais importante, que é a matriz futura deste movimento, com o lobby positivo a favor desta região, com tudo o que ela tem de distinto das demais e que numa fase decisiva do desenvolvimento do nosso país, com um novo Quadro Comunitário, que poderá ser o último, o Alentejo tem de agarrar estas oportunidades.
73. O que se encontra presente na atual sessão é a votação da adesão do Município de Vendas Novas a um movimento, ao qual já aderiram muitos Municípios de todos os partidos, pois esta é uma questão suprapartidária, sendo uma questão de defesa desta região e que, no dia 2 de abril, vai ter o seu primeiro congresso, de onde irão sair algumas conclusões de trabalho de todos os que fazem parte da sua comissão promotora, para depois fazerem chegar à tutela, como as suas grandes preocupações e visões para este território e como aquilo que, em termos de administração deste território, se entende que sejam os melhores caminhos.
74. Na segunda parte da votação será feita a eleição de representantes deste órgão no referido congresso, tal como já foi feito pela Câmara Municipal.
75. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação o 7.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar adesão do Município de Vendas Novas ao Movimento AMAlentejo.**
76. Pergunta se alguma das Bancadas tem alguma proposta de representante da Assembleia Municipal ao Congresso AMAlentejo.
77. O **Membro Valentino Cunha** informa que a Bancada do PS propõe como representante, a Presidente da Assembleia Municipal e como suplente, a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas.
78. Não havendo mais propostas, a **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação a proposta apresentada pela Bancada do PS, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (2 do PSD e 12 do PS) e 9 abstenções (CDU), designar como representante da Assembleia Municipal no Congresso AMAlentejo, a Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Henriques e como substituta a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim.**
79. O **Membro José Filipe Barradas** afirma que tem algumas dúvidas se esta votação é legal.
80. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que tem na sua posse a Lei n.º 75/2013, que no artigo 55.º, em relação às formas de votação, diz que “em caso de dúvida, o Órgão pode deliberar sobre a forma de votação”, afirmando que na reunião da Câmara Municipal a votação foi feita da mesma forma.

81. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarece que o que está em causa não é a votação do nome da pessoa e sim de um representante de um órgão, é como se fosse uma lista com um efetivo e um suplente, tal como foi feito na reunião da Câmara Municipal, em que o representante no caso é o Presidente, mas poderia não ser e ser qualquer outro membro da Câmara Municipal e a votação foi feita da mesma forma, porque é entendido como uma lista, não estando em causa a votação nominal para o sítio nominal, ou seja, a votação nominal impõe-se sempre que seja para um sítio concreto, por exemplo quando são eleitos membros para conselhos, como o Conselho Municipal de Segurança ou de Educação, porque não se trata de uma representação e sim uma integração e nesse sentido a Lei determina que a Assembleia é soberana e caso subsistam dúvidas a Assembleia Municipal pode votar sobre o tipo de votação que quer aplicar.
82. Refere que já foram votados Presidentes de Junta para representar a Assembleia Municipal em Congressos da ANM e a votação foi feita da mesma forma.
83. O **Membro José Filipe Barradas** informa que não irá levantar nenhuns problemas em relação à eleição, simplesmente quis deixar a sua opinião, de que tinha algumas dúvidas e continuará a tê-las.

8.º Ponto - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

84. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
85. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que o Conselho Municipal de Educação tomou posse no início do mandato autárquico, no entanto, também por uma alteração legal, a única que tem impacto na Assembleia Municipal, em vez de se ter as duas Juntas de Freguesias representadas, no caso de Vendas Novas, a Assembleia Municipal também deve eleger um representante a participar e a integrar o referido conselho.
86. O **Membro Valentino Cunha** informa a Bancada do PS propõe a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim, para representar as Juntas de Freguesia no referido conselho.
87. Não havendo mais propostas, a **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação a proposta apresentada pela Bancada do PS, tendo sido **eleita, por voto secreto, a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, para representar as Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação**, com 14 votos a favor e 9 votos em branco.

9.º Ponto - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

88. Pela **Presidente da Assembleia Municipal** foi colocado à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
89. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, no cumprimento da legislação em vigor, a Câmara Municipal tem de comunicar à Assembleia Municipal quais os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro.
90. Anteriormente esta informação vinha agregada à prestação de contas, que é votada em abril, mas com a nova legislação passou a ter de ser apresentada independente da mesma e o presente documento tem a ver com esta situação.
91. Destaca quais são os principais compromissos plurianuais, que têm a ver com fornecimento de combustíveis, eletricidade, de software, encargos com empréstimos bancários, que são para mais do que um ano, que em 2016 rodam um total de 1 milhão e 800 mil euros e depois vão reduzindo, porque também os empréstimos e os juros vão reduzindo até estarem completamente pagos, sendo que o total dos mesmos até 2021 e anos seguintes é de 7 milhões e 300 mil euros.
92. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

10.º Ponto – DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO

93. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.

94. O **Presidente da Câmara Municipal**, em primeiro lugar, destaca o facto deste ano não existir lista de pagamentos em atraso porque efetivamente não existem pagamentos em atraso, tendo-se, pela primeira vez, chegando ao final do ano sem faturas vencidas na Câmara Municipal, pelo que o que é apresentado, é basicamente os recebimentos que a Câmara Municipal tem a haver, por parte de outras entidades.
95. Relativamente aos recebimentos, referem-se a 311 mil euros e como se poderá verificar, grande parte desta dívida à Câmara Municipal tem a ver com água, com dívidas muito antigas e que parte delas brevemente poderão ser consideradas irrecuperáveis, até pela legislação em vigor.
96. Destaca a parte dos fundos comunitários, em que a Câmara Municipal tem a haver algum dinheiro de programas comunitários anteriores e também algumas rendas de habitação e de espaços comerciais.
97. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

11.º Ponto - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2015 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VENDAS NOVAS

98. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 11.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de forma a fazer a respetiva introdução.
99. O **Presidente da Câmara Municipal** passa a palavra à Vice-Presidente, uma vez que é quem acompanha a referida Comissão.
100. A **Vice - Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Barros**, saúda todos os presentes e do relatório da CPCJ de 2015, destaca que foi referenciado no mesmo, no final de 2015, 36 processos ativos, sendo que no referido ano ocorreram 49 novos processos.
101. Considera que vale a pena refletir e tomar conhecimento que as principais entidades sinalizadoras são os estabelecimentos de ensino, seguidos das autoridades policiais e depois de outros elementos da comunidade com menor referência.
102. Informa que, curiosamente, a faixa etária dos jovens acompanhados que mais incidência tem nestas sinalizações é a faixa dos 15 aos 17 anos, seguida dos 11 aos 14 anos, sendo que as causas, nestes escalões etários mais elevados, são o abandono escolar e nas crianças com faixas etárias inferiores são a negligência, sendo estas as duas causas principais.
103. O **Membro Luís Matias** refere que os dados destacados pela Vice-Presidente, são exatamente os que também tinha destacado, perguntando à Câmara Municipal se tem noção de quais são as principais causas para essas ocorrências, se dentro da CPCJ ou da própria Câmara Municipal há medidas específicas e mais eficazes para tratar destes processos e tentar eliminar novas ocorrências e visto que 57 % das entidades sinalizadoras são organizações, se não seria possível existirem mais atividades de formação ou para a comunidade estar mais atenta a estes casos e poder atuar de melhor forma.
104. No que diz respeito às causas, a **Vice - Presidente da Câmara Municipal** refere que acabou de referir as duas grandes causas, o abandono escolar na faixa etária mais elevada, o que leva a CJCJ a agir, sendo estes os jovens mais sinalizados pelas escolas e depois a negligência no cuidado aos elementos mais novos.
105. Informa que existem várias medidas de proteção e promoção, que são aplicadas no âmbito destes processos, que são desencadeadas pela referida comissão, em que, de uma forma mais ágil se tentam resolver as coisas e não as deixar avançar mais, de forma a resolver o problema que já está instalado, designadamente o apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, ou até a confiança da criança a uma pessoa considerada idónea.
106. A comissão tem previstas algumas atividades e a atuação ao nível que todos devem trabalhar, que é ao nível da prevenção, informando que a comissão tem previstas medidas, em muitas delas tem procurado o apoio do Município, através de sessões de esclarecimento para chegar aos pais e às crianças e o executivo gostava que em muitas destas iniciativas os pais participassem mais e curiosamente não se verifica a participação que se

gostaria, no entanto, agora para a comemoração do 2.º ano da CPCJ, no dia 28 de abril, está prevista uma sessão de parentalidade positiva.

107. Para a referida iniciativa irão ser convidados pais e a comunidade escolar e virá uma profissional da área da psicologia para desenvolver alguns temas, precisamente para evitar que as situações cheguem à fase da sinalização.
108. Afirma que também se poderá procurar fazer mais campanhas junto da comunidade, para que as pessoas saibam que existe esta entidade e saibam para onde sinalizar, mas considera que a CPJC já se encontra enraizada e sobretudo nos meios em que as coisas se sabem e acontecem, que é a escola, já estão a agir e a conseguir pelo menos provar que esta entidade, infelizmente, era muito necessária no Concelho de Vendas Novas.
109. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

12.º Ponto - ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO ALENTEJO PARA O AMBIENTE – AMAMB – EXTINÇÃO

110. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 12.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
111. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que, se lhe for permitido, irá abordar os três pontos seguintes, que têm a ver com participações da Câmara Municipal em entidades externas, a primeira para dar conhecimento à Assembleia Municipal da extinção da AMAMB e os dois casos seguintes para dar conhecimento dos planos de atividades e orçamentos para o ano de 2016 de duas outras entidades das quais a Câmara Municipal faz parte, designadamente a AMGAP e a CIMAC.
112. No caso da AMAMB, refere que esta associação tinha surgido com um objetivo claro de congregar Municípios, com a função de trabalhar a questão ambiental, mas foi também o pioneirismo para tentar abordar a questão da agregação de Municípios, nomeadamente para a questão da água, tendo sido entendimento de todos os Municípios que neste momento não fazia sentido manter esta instituição que nunca teve atividade corrente e que de alguma forma todos os anos o Tribunal de Contas pedia contas da sua existência e para não se estar anualmente a informar que a instituição já não existe e não tem contabilidade, todas as Câmaras Municipais tomaram a decisão de a extinguir oficialmente.
113. Assim, refere que a 29 de dezembro foi marcada a Assembleia que teve como ponto único a extinção da instituição, a qual foi votada por unanimidade, na qual esteve presente, juntamente com o Vereador Joaquim Soeiro.
114. No que diz respeito à AMGAP, refere que os Membros têm na sua posse o plano de atividades e o orçamento, que ronda os 208.000 euros e no caso da CIMAC acontece o mesmo, sendo apresentado o rolo de todos os projetos que a nossa Comunidade de Municípios quer implementar ao longo do ano, com um orçamento de cerca de 5,5 milhões de euros, destacando o programa da CIMAC onde estão muitos projetos comuns a todos os Municípios e que serão financiados e alavancados pelo novo Quadro Comunitário.
115. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

13.º Ponto - Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento para 2016 da AMGAP

116. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

14.º Ponto – Plano de Ação e Orçamento para 2016 da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – CIMAC

117. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

15.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

118. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 13.º ponto da ordem de trabalhos, dando novamente a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.

119. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, para o período em análise, encontra-se presente aquilo que foi a evolução de projetos nas várias áreas da Câmara Municipal e também a evolução financeira, em que destaca uma redução face à Assembleia Municipal de novembro, de 140 mil euros nas dívidas.
120. Afirma que os 800 mil euros, como todos sabem, representam no essencial o acordo de pagamento que a Câmara Municipal tem com as Águas, pelo que não consubstancia dívida a fornecedores direta, no entanto, é uma dívida.
121. A dívida que se encontra registada de 30 a 60 dias, refere-se a faturas que também não estão vencidas, mas cujos fornecedores não entregaram os documentos de habilitação de pagamento, ou seja, declarações de não dívida às Finanças e à Segurança Social, que são obrigatória para que a Câmara Municipal possa pagar.
122. Em relação à Atividade Municipal, o **Membro José Filipe Barradas** refere que na página 28 fala-se do serviço que foi feito a nível de reposição de pavimentos, perguntando o que se passa com o troço de estrada entre a Rua de Vale Figueira e a rotunda junto à Optivet e o que efetivamente se passou para este estar na situação em que se encontra e não ser arranjado a fundo para ficar como deve ser.
123. Tendo em conta que é competência da presente Assembleia Municipal fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal e garantir que os interesses dos cidadãos são cumpridos e tendo ainda em conta a Moção aprovada anteriormente, o **Membro Valentino Cunha** pergunta, dos principais investimentos de 2015, quais os que foram prontamente pagos no ano anterior e os que ficaram por pagar para exercícios posteriores.
124. O **Membro Luís Matias** refere que o tópico que irá abordar não se encontra presente na atividade municipal, mas considera que se está a tempo de começar a olhar para este projeto, que pessoalmente lhe diz muito, que é projeto das Academias de Verão, que já arrancou no ano passado.
125. Assim, pergunta à Câmara Municipal algumas informações sobre a edição para o ano 2016, designadamente, quando arrancará o planeamento, se este ano podem ser abertas as sugestões ao Conselho Municipal de Juventude em sede de reunião, para análise deste ponto no referido Conselho, apela a uma divulgação mais larga e promoção do projeto e pergunta se há ou não a possibilidade de alargamento do mesmo aos estudantes de cursos técnicos superiores e técnicos profissionais.
126. Em relação à Estrada da Afeiteira e à Rua de Vale Figueira, o **Presidente da Câmara Municipal** afirma que não se trata de uma “obra de Santa Engrácia”, sendo uma obra que arrancou no final do ano e cuja execução está neste momento com 1 mês e meio de trabalhos, referindo que quem ouvir o Membro José Filipe, até parece que a obra não foi terminada porque a Câmara Municipal não quis.
127. Informa que o que aconteceu é que houve um problema técnico com a aplicação do betuminoso naquele troço, que teve a ver com a temperatura particularmente fria que se fez sentir nos dias em que o mesmo foi aplicado, estando este a desagregar porque não consolidou, no entanto, o referido problema foi detetado e a empresa que está a fazer aquele trabalho irá muito em breve regularizar aquele pavimento e a obra será encerrada.
128. Aproveita para informar que fruto das negociações da Câmara Municipal com a SONAE SGPS, para a construção do Continente, foi também negociado um pacote de investimentos que tem vindo a ser acompanhado pela Vereadora do Planeamento e pelo Vereador das Obras Municipais e Privadas, que tem a ver com a pavimentação da futura Rua Padre Aires, o troço que vai da rotunda do Zé Galego até à nova rotunda da Estrada de Cabrela, a execução de passeios feitos pistas e a execução da nova rotunda.
129. Refere que estas a contrapartidas, que fizeram parte de um pacote negocial que a Câmara Municipal estabeleceu com a SONAE SGPS para que, de alguma forma, houvesse um contributo pelos danos provocados ao longo dos meses de obra que o Continente levou a fazer.
130. Afirma que as obras da Avenida 25 de Abril já estão concluídas e que as obras na futura Rua Padre Aires e na rotunda da Estrada de Cabrela estão em fase de conclusão e a Câmara Municipal, com algum esforço financeiro, resolveu associar a requalificação da Rua de Vale Figueira e do troço da Estrada da Afeiteira até à rotunda do estaleiro municipal, para que ficasse fechado aquele triângulo, que é chave na circulação de trânsito em Vendas Novas e para que se pudesse dar também cumprimento àquela que foi a deliberação do Conselho Municipal de Trânsito, de colocação de sentidos únicos naquelas vias.

131. Informa que, para quem vai da rotunda do Zé Galego para a Afeiteira o sentido será descendente e no sentido Afeiteira para Vendas Novas a circulação será feita pela Rua de Vale Figueira até à rotunda de Cabrela.
132. Está a falar-se de uma obra que está orçamentada em cerca de 60 mil euros, em que parte do dinheiro já foi pago e estando-se em plena fase de execução, o que se verificou é que a obra não estava bem e a empresa irá regularizar a situação que é perfeitamente normal em obras públicas, uma vez que se tratou de uma questão técnica.
133. Em relação à questão colocada pelo Membro Valentino Cunha, informa que houve uma série de investimentos importantes ao longo de 2015, que não puderam ser descurados apesar da preocupação do executivo com a consolidação das contas, alguns dos quais constam do mapa financeiro que está na posse dos Membros, mas com a designação de projeto.
134. Refere que, na área da modernização administrativa, em que aparecesse no documento um valor de 53.000 euros que foi executado e pago no ano de 2015, foram adquiridos relógios de ponto para todos os edifícios municipais, foram adquiridos 15 GPS's para algumas viaturas municipais, para reajuste e otimização de rotas, com vista ao aumento de eficiência das mesmas e à redução dos custos com o combustível, foi aplicada uma rede de fibra ótica e um processo de desmaterialização de processos na Câmara Municipal, que já em 2016 irá reduzir o custo com as comunicações fixas.
135. Na área educativa, constam das contas cerca de 8.000 euros, tratando-se igualmente de um projeto iniciado, concluído e pago pelo Município, que se refere à colocação de quadros brancos em todas as salas que ainda tinham as velhas ardósias e também a colocação de estores, nomeadamente na Escola da Misericórdia e na Landeira, que não tinham estores exteriores.
136. Na área da cultura, o investimento de 43.000 euros, refere-se à aquisição do projetor de cinema digital, que tem dado uma nova dinâmica cultural ao Auditório de Vendas Novas e que tem tido uma participação em massa da população e que dá garantias e perspectivas de amortizar este investimento no curto prazo e não no médio como se perspectivava, já estando igualmente completamente pago, o que aconteceu ainda em dezembro de 2015.
137. Na área do desporto, sendo que os principais edifícios do parque desportivo são extremamente antigos, informa que foi adquirido um doseador de cloro e de ph para a água das piscinas, uma vez que o que existia era o de origem e não estava a cumprir os atuais normativos em vigor, tendo sido um investimento de cerca de 8.000 euros, que também foi pago durante o ano de 2015.
138. Informa que foram também adquiridos novos contadores de água, no valor de 15.000 euros, para que a monitorização da nossa rede e dos consumos seja feita com eficiência e para que os consumidores não paguem mais do que realmente consumiram, por erro de leitura.
139. Na área da limpeza urbana, foram adquiridos cerca de 28 novos contentores recetáculos para resíduos sólidos urbanos, num total de investimento de 4.000 euros, também feito e pago e uma nova viatura para recolha de monos, uma carrinha de caixa aberta, que custou cerca de 30.000 euros e que também foi comprada e paga durante o ano de 2015.
140. Em termos de ambiente e espaços verdes, refere que foi adquirido um separador de hidrocarbonetos, no valor de 10.000 euros, uma vez que há vários anos havia uma recomendação para o cumprimento da separação dos óleos que era gerados nas oficinas, advertência essa da GESAMB e da Agência do Ambiente.
141. Ainda na parte dos espaços verdes, foi adquirido um novo trator corta relvas, um investimento de cerca de 6.200 euros, também adquirido e pago no próprio ano.
142. Em termos de arruamentos e estradas, informa que houve vários arruamentos intervencionados ao longo de todo o ano de 2015, designadamente uma rua na Landeira, a Avenida 25 de Abril, a Rua dos Bombeiros Voluntários e também o arranque da Rua de Vale Figueira, como referiu anteriormente, mas o grande destaque vai para os quase 2,5 kms da Estrada da Afeiteira, estando a falar-se de 260.000 euros de pavimentações de vários quilómetros, que foram feitos e que estão pagos.
143. Na área da eficiência energética, foi feita a substituição de todos os semáforos do Concelho por luminárias led, um investimento de cerca de 27.000 euros, que corresponde à substituição de todas as lâmpadas e reparação de todos os semáforos do Concelho, alguns dos quais apresentavam visíveis anomalias de funcionamento que

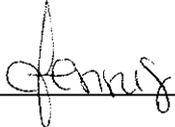
- punham em causa a segurança rodoviária e que de alguma forma não davam tranquilidade ao executivo e que neste momento permitem pagar este investimento em 3 ou 4 anos, com uma poupança estimada de 7.500 euros por ano e com o aumento de eficiência, mas também uma redução da “pegada ecológica” do Município de Vendas Novas.
144. Em termos de equipamentos municipais, foram adquiridos vários equipamentos, nomeadamente 9 tendas cónicas, no valor total de cerca de 7.000 euros, que estiveram nas Festas do Concelho e que foram adquiridas em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho, sendo que a ideia é vir a adquirir mais tendas em comum, que serão para uso exclusivo das autarquias do nosso Concelho e foi também feita a adaptação de 6 viaturas do Município à nova legislação em vigor, que entrou no dia 1 de janeiro, que obriga a matricular as viaturas que até à data não necessitavam de matrícula, cujo investimento rondou os 16.000 euros, que também foi feito e pago.
 145. Para concluir, informa que, em termos de planeamento urbano, foi feito o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que agora permite apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários, com um investimento total de quase 40.000 euros, também já concluído e pago.
 146. Assim, fala-se de 524.000 euros só nestes projetos, pois apenas se está a referir dos projetos maiores que constam da atividade municipal.
 147. Em relação à questão do Membro Luís Matias, sobre as academias de verão, informa que no ano passado nas férias de verão, estiveram a estagiar na Câmara Municipal três jovens, duas futuras juristas e um futuro engenheiro eletrotécnico, sendo que o relatório dos serviços que procederam ao respetivo acompanhamento, foi fracamente positivo.
 148. Trataram-se de jovens que já estavam no 3.º ou no último ano do seu curso superior, que já tinham alguma coisa para dar e que receberam da Câmara Municipal a possibilidade de aplicar alguns conceitos teóricos, que de outra forma não poderiam, sendo que os mesmos deram tempo das suas férias para aprender algo mais e para contribuir, com a sua ajuda, para aquilo que o Município pode fazer nestas áreas.
 149. Afirma que não se tratou de uma resposta massiva por parte da juventude e dos estudantes do Concelho de Vendas Novas, no entanto, essa questão não fez com que a Câmara Municipal travasse, pelo que pensa realizar novamente este projeto e na próxima reunião do Conselho Municipal de Juventude, que se realizará em março, será levada uma proposta para a implementação deste projeto, que eventualmente arrancará com algumas alterações, que serão discutidas também no referido Conselho e de lá sairá um novo modelo, ou a manutenção deste modelo, se for essa a vontade dos conselheiros, para que a partir de junho/julho a Câmara Municipal comece a receber os alunos nestas Academias de Verão, que considera serem francamente positivas, quer para a Câmara Municipal, quer para os jovens que ali estão a aplicar conhecimentos e a aprender.
 150. No que diz respeito à questão dos cursos profissionais, informa que só poderá haver uma decisão quando a referida questão for discutida com o Conselho.
 151. O **Membro José Filipe Barradas** refere que o Presidente da Câmara Municipal o esclareceu em relação ao que pretendia, que era o troço da Estrada da Afeiteira, entre a rotunda e a Rua de Vale Figueira, mas também fez referência às “obras de Santa Engrácia”, considerando que o Presidente tem um grande complexo com o que a CDU conseguiu fazer na Câmara Municipal, e que irá chegar ao final do mandato e irá continuar com essa questão atravessada na garganta, mas poderá ter sido a pressa que deu origem ao que aconteceu naquele troço de estrada e possivelmente se tivesse sido mais “obra de Santa Engrácia”, demorasse mais tempo e fosse feita quando o tempo o permitisse, o problema que ocorreu não teria acontecido.
 152. O **Membro Luís Matias** refere que a única questão que faltou esclarecer, era se este ano pode haver um maior espaço de divulgação e mais atempado.
 153. Relativamente às “obras de Santa Engrácia”, o **Presidente da Câmara Municipal** afirma que é verdade e existem projetos que é bom que nunca saiam da memória dos vendasnovenses, nomeadamente, o Plano de Urbanização, que há 15 anos andava nos gabinetes da Câmara Municipal, que foi lançado e cuja conclusão se espera que seja ainda no presente ano e também das obras da entrada poente do Concelho, que levaram anos

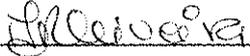
a serem executadas por administração direta e que na altura foram intituladas como as "obras de Santa Engrácia" de Vendas Novas.

154. Esclarece que a situação que aconteceu naquele troço não teve a ver com a pressa e sim com as condições metrológicas, referindo que poderia ter acontecido o mesmo na Estrada da Afeiteira, no entanto, a empresa decidiu parar quando verificou uma quebra de temperatura que poderia colocar em causa a execução do trabalho e a empresa que está neste momento a fazer o trabalho no referido troço, decidiu arriscar e também foram eles que propuseram o cronograma de execução aprovado pela Câmara Municipal, pelo que, como não correu bem, a situação irá ser regularizada pela empresa.
155. Em relação às Academias de Verão e à questão dos timings, refere que após a aprovação, pelo Conselho Municipal de Juventude, do modelo a implementar este ano, a Câmara Municipal estará em condições de começar a divulgar, no entanto, considera que esse não foi o problema que se verificou no ano passado, pois só alguns jovens é que estão na disponibilidade de preferirem enriquecer os seus curriculuns a não gozar as suas férias, o que é legítimo e a Câmara Municipal cá estará para acolher os que entenderem fazê-lo.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

156. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
157. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 36 minutos, do dia 19 de fevereiro de 2016.

A Presidente da Assembleia:  _____

A 1.ª Secretária:  _____

ANGLOS

MOÇÃO

MANUTENÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 4

O desinvestimento nas obras públicas e na manutenção de infraestruturas rodoviárias praticado nos últimos anos levou à degradação significativa de várias vias rodoviárias em torno do concelho de Vendas Novas. Uma das mais significativas situações de extrema degradação verifica-se num extenso troço da Estrada Nacional 4, nomeadamente entre as localidades de Pegões e Passil.

A Estrada Nacional 4 é a principal via rodoviária que serve os Vendasnovenses, sendo inclusivamente os troços fora das fronteiras do concelho utilizados em grande parte por munícipes que se deslocam diariamente para os seus locais de trabalho na Área Metropolitana de Lisboa. Como principal ligação entre Vendas Novas e outras localidades importantes como o Montijo, Alcochete, Lisboa ou Barreiro esta estrutura rodoviária eleva-se de extrema relevância para a manutenção das vantagens geográficas e de acessibilidade do nosso concelho.

Ainda observando que o troço em causa não se localiza dentro dos limites do município, nem dos limites do distrito, consideramos que a importância que esta estrada tem para o concelho e para os residentes e trabalhadores de Vendas Novas não permite que esta Assembleia se mantenha à parte de todo o processo de reivindicação dos investimentos necessários para esta infraestrutura.

Assim, através desta moção, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a dezanove de Fevereiro de 2016, solicita à Câmara Municipal de Vendas Novas que promova todos os esforços necessários junto do Ministério do Planeamento e Infraestruturas da empresa Infraestruturas de Portugal de modo a que se resolva, com a maior brevidade possível, o problema da degradação do piso da Estrada Nacional 4.

Mais se pede que se promova a presente moção junto dos deputados eleitos à Assembleia da República pelos distritos de Évora e Setúbal.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Vendas Novas, 19 de fevereiro de 2016

Valentim Lourenço
Maeialuis A. Martins de Barros

Helena Pereira
Hugo Miguel Serrão Mendes

Sophie Vasco Gomes

MOÇÃO

RUMO À SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Aquando o início do presente mandato desta Assembleia Municipal, o Município de Vendas Novas vivia uma situação financeira complexa e exigente, com dívidas que ascendiam a mais de 8 Milhões de Euros; pagamentos em atraso a fornecedores, incluindo muitos fornecedores do concelho; juros por empréstimos bancários na ordem dos 6 %; execuções orçamentais muito aquém do valor global orçamentado; entre outros problemas demonstrativos de uma gestão financeira descuidada. Esta realidade condicionou, e ainda condiciona, fortemente a capacidade de investimento e de ação da Câmara Municipal de Vendas Novas.

Contudo, nos últimos dois anos, o executivo da Câmara Municipal empregou notáveis esforços na consolidação das finanças municipais, conseguindo ainda promover investimentos no concelho, diversificar as atividades promovidas pelo Município, manter uma situação de tesouraria estável e incentivar à participação popular através dos Orçamentos Participativos.

Assim, importa referir importantes conquistas que permitem que hoje o Município de Vendas Novas tenha uma saúde financeira muito mais robusta, nomeadamente:

- Redução do endividamento total de cerca de 8 Milhões de Euros para 4,5 Milhões de Euros.
- Redução do prazo médio de pagamentos, não havendo faturas por pagar além do prazo de pagamento definido.
- Redução das dívidas a fornecedores de cerca de 4,5 Milhões de Euros para 900 mil de Euros.
- Pagamento das dívidas em atraso a todos os fornecedores de Vendas Novas.
- Finalização do ano de 2015 sem dívidas vencidas por pagar.
- Aumento das taxas de execução orçamentais.

- Promoção de investimentos sem por em causa a sustentabilidade financeira do Município.

- Negociação de empréstimos com redução das taxas de juro.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 19 de Fevereiro de 2016, saúda a Câmara Municipal de Vendas Novas pelo trabalho efetuado nos últimos dois anos de melhoria das contas do Município e da situação de endividamento que se verificava, estimulando o executivo municipal a continuar o rumo traçado até ao final do mandato.

Solicitamos que a presente moção, depois de aprovada, seja remetida aos órgãos de comunicação social locais e regionais.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Venturino



Maria Luis A. Martins de Barros

Sophie Vega Gomes

Cátia Alexandre de Sousa Sá
Helena Luísa Gomes Loureiro Bandeira

Vitor Dias Santana

Paulo Manuel Sobral

Paulo Jorge Piteira Loufina

Hugo Miguel Seabra Mendes

José

Elvira